

**COMISSÃO DE AVALIAÇÃO EXTERNA
DOS CURSOS DE BELAS-ARTES E DESIGN**

LICENCIATURA EM DESIGN INDUSTRIAL

UNIVERSIDADE LUSÍADA DO PORTO

JULHO 2005

Índice

I. INTRODUÇÃO	2
1. Constituição da Subcomissão	3
2. Objectivos da Avaliação	3
3. Método de trabalho	4
4. Descrição da Visita	6
II. APRECIACÃO POR CAMPOS DE AVALIAÇÃO	7
1. Organização Institucional	7
2. Objectivos do curso	9
3. Plano de estudos	10
4. Conteúdos programáticos	11
5. Alunos (procura, sucesso escolar)	13
6. Processo pedagógico	14
7. Corpo docente	16
8. Pessoal não docente	17
9. Instalações e equipamentos	18
10. Recursos financeiros	20
11. Relações externas e internacionalização	20
12. Ambiente académico (Apoio social)	21
13. Gestão da qualidade	22
14. Empregabilidade	23
III. APRECIACÕES FINAIS	25
Classificação dos Campos de Apreciação	27
IV ANEXOS	
a) Termos de Referência	i
b) Plano de visita	iii

I. INTRODUÇÃO

Tem este relatório e o processo de avaliação em que se baseia, como único objectivo o de contribuir para a melhoria da licenciatura que lhe foi atribuído como objecto de apreciação e da qual procura dar testemunho nas suas conclusões.

Nas finalidades desta Avaliação Externa não está um propósito de hierarquizar os cursos, nem tão pouco um juízo classificativo geral do curso, muito menos atitudes fiscalizadoras aos métodos e aos processos actuates, mas sim propósitos de apreciação e reconhecimento das condições humanas e materiais em que a licenciatura de Design Industrial se desenvolve e apresenta.

A Subcomissão tem consciência da dificuldade e responsabilidade da sua acção, pela subjectividade de toda e qualquer apreciação valorativa nos vários campos académicos; tem também presente as diferenças dos cursos entre si, a inserção social a todos os níveis e a implantação conjectural, diversidade que a Subcomissão tenta perceber, agindo com rigor, isenção, mas com toda a prudência que todo este processo reclama.

Procuramos, assim, testemunhar, do curso, uma apreciação possível de coerência a vários níveis; a sua prática no contexto do ensinar e da aprendizagem, que justifique a base deste ensino na dicotomia teoria/prática.

O desenvolvimento deste relatório tem como base todos os dados fornecidos pelos documentos da responsabilidade da auto-avaliação, como também os esclarecimentos e dados adquiridos na visita efectuada às instalações do curso e as informações prestadas pelos responsáveis do curso de Design Industrial, durante essa mesma visita.

A Comissão de Avaliação Externa dos Cursos de Arte e Design tem um Presidente e os Vice-Presidentes, Vogais e Assessores necessários em função do número de cursos a avaliar e de Subcomissões.

1. Constituição da Subcomissão

A Subcomissão de Avaliação Externa do curso de Design Industrial da Universidade Lusíada de Lisboa foi constituída pelos seguintes elementos:

Presidente: Professor Catedrático da Faculdade de Belas-Artes da Universidade de Lisboa – Joaquim Manuel Lima de Carvalho

Vogal: Professor Auxiliar Convidado da Faculdade de Belas-Artes da Universidade de Lisboa – Vítor Manuel Teixeira Manaças

Vogal: Professor Convidado da Escola Universitária das Artes de Coimbra – José Rui de Carvalho Mendes Marcelino

Assessor: Professor Associado da Universidade de Aveiro – Vasco Afonso da Silva Branco

Secretária: Dr.^a Carla Vieira

2. Objectivos da Avaliação

O principal objectivo da avaliação externa, é completar e aprofundar quanto possível o entendimento e o “diagnóstico” já efectuado através da auto análise e consubstanciada no relatório de auto-avaliação. Constituem, também, objectivos da avaliação, o reconhecimento das condições físicas capazes de proporcionarem a formação desejada aos futuros licenciados, como também a verificação dos resultados conseguidos e a apreciação de todos os dados importantes que permitam uma avaliação objectiva e correcta do curso e as suas respostas à comunidade em geral.

A Subcomissão de Avaliação procedeu a uma análise atenta das condições apresentadas (tanto físicas como humanas) que justificam o curso e que o suportam, com o principal objectivo de propor iniciativas para uma melhoria do curso.

3. Método de Trabalho

O início de todo o processo relativo a este curso de Design Industrial começou pela constituição da Subcomissão, tendo em conta as características técnicas, científicas e pedagógicas de todos os seus elementos, independentemente de pertencerem a esta ou outra qualquer Instituição Universitária. O processo assentou na escolha de individualidades e não em factores de representação institucional.

Após a aprovação da Subcomissão, iniciou-se os trabalhos em reunião plenária onde foram entregues os exemplares do relatório de Auto-Avaliação, que posteriormente foram analisados por todos os membros da Subcomissão, separadamente. Seguiram-se as reuniões que permitiram trocas de observações e de opiniões, ficando, assim, questões em aberto que seriam apresentadas e esclarecidas com os responsáveis da Comissão de Auto-Avaliação, aquando da visita a efectuar à instituição. Visita que é importante para proporcionar um melhor entendimento do curso e esclarecer dúvidas que decorreram da análise do relatório; este método de trabalho tem a maior importância no seguimento da análise do processo organizativo do curso e das estruturas físicas e humanas.

Após a visita e já com os dados recolhidos, são realizadas reuniões parcelares com os elementos da Subcomissão e outras reuniões com todos os elementos presentes. Nas reuniões foram aprofundados critérios sobre a apreciação parcelar dos “Campos de Avaliação”, seguindo com toda a atenção os termos de referência que constituem o quadro director de Avaliação Externa de todos os cursos de Arte e Design. Quadro este subdividido em itens bem definidos com o propósito de serem facilmente avaliados, procurando-se assim um sentido objectivo e concreto, para enquadrar todas as considerações dos elementos da Subcomissão, evitando-se assim métodos diversos de análise de apreciação e classificação.

Nestas condições a Subcomissão atendeu, fundamentalmente: à caracterização do curso; ao plano de estudos; aos programas das disciplinas, ao corpo docente e ao corpo discente, aos não docentes, à gestão pedagógica do curso, à avaliação dos conhecimentos, às instalações, ao equipamento científico-pedagógico e às saídas profissionais.

Todos os Campos de Avaliação foram classificados seguindo uma grelha de cinco níveis correspondentes a cinco letras: A, B, C, D, E.

As classificações foram estabelecidas pela Fundação das Universidades Portuguesas/Conselho de Avaliação, nos seguintes termos:

A – Excelente.

B – Muito Bom – sem problemas estruturantes detectados, com eventuais pequenos problemas de importância para a organização e funcionamento.

C – Bom – pode haver pequenos problemas de alguma relevância para a organização e funcionamento do curso, mas resolúveis ao nível do Departamento ou da Coordenação do Curso.

D – Suficiente – problemas estruturantes detectados que implicam intervenção Institucional de nível mais elevado mas onde se encontra dinâmica positiva que admite a sua ultrapassagem a curto prazo.

E – Insuficiente – Graves deficiências, algumas de natureza estrutural, com reduzidas perspectivas de recuperação imediata.

Ao analisar e ao atribuir uma classificação de acordo com estes cinco níveis, é propósito da Subcomissão alertar os responsáveis pelo curso de licenciatura em Design Industrial, para os problemas que se consideram merecedores de uma atenção especial.

A Subcomissão está consciente que, ao classificar, há sempre, como já foi dito, um grau de subjectividade. Esta avaliação qualificativa de campos não é abrangente ao curso, em si, o que leva a sublinhar que a apreciação/classificação é de assunto a assunto e não geral, como se compreende após a sua total leitura.

Tanto os comentários como as suas classificações devem ser revestidas de toda a prudência, pois todos os elementos da Subcomissão estão conscientes da sua relatividade.

4. Descrição da Visita

A visita feita pela Subcomissão da Avaliação Externa do Curso de Design Industrial da Universidade Lusíada do Porto e as conseqüentes reuniões com todos os responsáveis e interessados ligados à licenciatura realizou-se no dia 19 de Maio de 2005, com todos os elementos da Subcomissão (Presidente, Vogais e Assessores) e com a Dr.^a Carla Vieira que secretariou os trabalhos decorrentes. A visita iniciou-se pelas nove horas, com a apresentação de cumprimentos pelo Professor Luís Adão da Fonseca – Vice Reitor, Professor José Moreira – Vice Presidente da Fundação Minerva, pelo Professor Manuel Maria Diogo – Director do Departamento de Arquitectura, pela Professora Maria Alexandra Soares Amorim – Secretária, pela Professora Maria do Nascimento Diogo – Coordenadora do Curso, pelo Dr. Castelo Branco – Director dos Serviços Académicos, pela Dr.^a Maria de Lurdes da Fonseca e Professor José Rui da Silva e representantes dos estudantes. Realizou-se a primeira reunião com todas as entidades responsáveis da Universidade e do curso, tendo sido, então, feita uma apresentação mais formal de todos os elementos da Subcomissão. Seguiu-se uma reunião com os autores do Relatório de Auto-Avaliação, onde foram esclarecidas dúvidas; teceram-se comentários e colocaram-se questões relativas ao relatório, tendo sido esclarecidas algumas dúvidas. Após esta reunião, realizou-se uma outra com os dirigentes estudantis, onde estiveram presentes oito estudantes, entre eles, os Delegados do Curso, a Presidente e o Vice-presidente da Associação dos Estudantes, tendo sido tratados assuntos gerais da Universidade, mas, principalmente, assuntos ligados ao curso.

De imediato a Subcomissão foi visitar as instalações, começando pelas salas onde se apresentava uma exposição de trabalhos dos alunos do primeiro ao quinto ano, tendo sido possível apreciar a sequência dos exercícios realizados (projectos de trabalho de todos os anos do curso). Seguiu-se a visita ao Centro Informático, às salas de aulas, à Biblioteca/Mediateca, ao Centro de Design, aos Gabinetes de Professores e de

Investigação, à Loja de Informática, aos auditórios, à Tesouraria e, por último, à Sala de Professores e bar.

Da parte da tarde, os trabalhos iniciaram-se com uma reunião em que estiveram presentes trinta e cinco alunos, número considerável, e onde foram levantados problemas relativos ao Design e ao Curso, desde factuais, até conceptuais.

Após este encontro, realizou-se a reunião com os docentes do curso, com a presença de dezoito professores, tendo sido esclarecidas dúvidas que persistiam, desde a análise do Relatório da Auto-Avaliação. Outros assuntos foram discutidos, como a situação dos doutorandos, os problemas da investigação e a falta de mais Designers na docência do curso.

A visita terminou com a presença do Professor Luís Adão da Fonseca – Vice-reitor, do Professor José Moreira – Vice-presidente da Fundação Minerva, do Professor Manuel Maria Diogo – Director do Departamento de Arquitectura, da Professora Maria do Nascimento Diogo – Coordenador do Curso de Design Industrial e do Dr. Castelo Branco – Director dos Serviços Académicos, que prestaram toda a atenção às conclusões preliminares anunciadas verbalmente pela Subcomissão. Após esta última reunião, decorreram os cumprimentos de despedida, com toda a cordialidade.

II. APRECIÇÃO POR CAMPOS DE AVALIAÇÃO

1. Organização Institucional

O curso de Licenciatura em Design Industrial está inserido no Departamento de Arquitectura, que, por sua vez, está integrado na Faculdade de Arquitectura e Artes, da Universidade Lusíada do Porto.

Toda a estrutura institucional assenta no Estatuto publicado no Diário da República, II Série, nº 279, de Dezembro de 1996, que é completado com o Estatuto da Docência, Estatuto do Aluno e com as Disposições Gerais de Avaliação de Conhecimentos.

O Departamento de Arquitectura que integra o curso tem uma Direcção constituída por um Director, um ou mais Subdirectores e um Secretário; para além destas entidades, regista-se o contributo do Coordenador do Curso de Design Industrial.

Cada Departamento tem um Conselho Escolar que é presidido pelo Director, pelos Catedráticos, Associados e Auxiliares em serviço no Departamento, pelos docentes com regências, por cinco representantes dos docentes sem regências e por um aluno por cada ano do curso ou cursos do Departamento, situação que se considera aceitável ao nível da representação dos estudantes.

O organigrama da Universidade Lusíada tem uma estrutura composta pelo Reitor e pelos Órgãos Colegiais, Conselho Superior, Conselho Directivo, Conselho Pedagógico, Conselho Científico, Conselhos Escolares Departamentais, Conselhos Disciplinares e Conselhos Sociais.

É de sublinhar que os estudantes estão presentes no Conselho Superior, como também os representantes dos funcionários. A Subcomissão também constatou a participação dos membros da Direcção nos Conselhos Pedagógico e Científico e nos Conselhos Pedagógico e Científico Coordenadores. Assim se compreende que o curso esteja completamente inserido e articulado numa estrutura forte e com capacidade de desenvolver projectos consistentes.

É importante que a estrutura orgânica seja bem coordenada de modo a que todos os seus membros se sintam responsabilizados e motivados para colaborarem no Departamento.

A Subcomissão teve consciência da boa articulação institucional do curso dentro da Universidade Lusíada do Porto.

Nível de classificação - B

2. Objectivos do curso

Os principais objectivos do curso encontram-se apresentados no relatório da Auto-Avaliação, no ponto III, 1.1, onde se diz «os principais objectivos do curso são, por isso, os de proporcionar ao futuro Designer um percurso curricular teórico e prático, utilizando mecanismos que visam fornecer elementos que facilitem a compreensão que envolvem o Design e as Tecnologias, o conhecimento adequado no que respeita aos materiais, bem como o desenvolvimento e o aprofundamento dos meios de representação, ou as definições estruturais e os pormenores produtivos do projecto...».

Ponto, este, descrito e escrito num sentido muito abrangente, impossibilitando quase o sentido nítido dos objectivos; ao ler-se este capítulo e substituindo a palavra “Design” pelos termos “escultura”, “pintura” ou “engenharia mecânica”, a citação continuaria a ter sentido.

A Subcomissão sabe e tem conhecimento que os propósitos do curso e a equipa de docentes, que o sustenta, tem os objectivos do curso de Design bem definidos, embora o vector Industrial não seja sublinhado com a ênfase suficiente para lhe conferir especialidade.

Os materiais e a tecnologia não são apresentados substantivamente nos objectivos do curso; por certo, devemos tomar em conta uma possível justificação com base na natural envolvimento com a prática profissional, quando é referido que «o aluno é, desde o início, convidado a participar em trabalhos práticos estabelecidos em protocolos com empresas, pondo em contacto os conhecimentos que vai adquirindo com a realidade profissional». A Subcomissão não pode deixar de sublinhar que a apresentação dos objectivos do curso pedem maior clareza e precisão.

Nível de classificação - C

3. Plano de estudos

O plano de estudos é muito recente e foi aprovado pela Portaria nº 1039/99, de vinte e quatro de Novembro. Acontecendo que este ano de 2003-2004 é, porventura, o 5º ano e ano final do 1º curso desta reforma, é de notar que o primeiro plano de estudos do curso foi autorizado em 1995 e sofreu uma nova alteração em 1997; estas alterações sucederam, quase, de dois em dois anos, com o objectivo muito louvável de estabelecer melhorias curriculares. Ainda neste âmbito, o relatório de Auto-Avaliação esclarece que «a estrutura e o plano de estudos do curso foram concebidos tendo em conta as especialidades próprias do Design e garantem uma formação pluridisciplinar completa e qualificada, pautada por elevados níveis de exigências e rigor»; estas justificações adjectivadas não esclarecem objectivamente os propósitos da estrutura curricular que a Subcomissão analisou.

O curso divide-se em três ciclos, que se organizam do seguinte modo: o 1º ciclo – analítico estrutural e essencialmente propedêutico, que engloba o 1º ano e o 2º ano; o 2º ciclo, de síntese e de simulação de casos, que comporta o 3º e o 4º ano curricular; termina com o 3º ciclo, no último ano do curso, pré-profissional e holístico (com um trabalho final chamado tese). Estas fases estruturais do curso de Design Industrial ainda se subdividem em grupos de disciplinas, com sentidos bem definidos: capacidade de concepção e desenvolvimento de projectos, estudo da pluralidade dos contextos culturais, históricos e críticos, utilização adequada de estruturas sensoriais necessárias à representação e à interpretação na compreensão dos factores sociais e, finalmente, capacidade técnica do desenvolvimento do projecto. Todos estes grupos, como já foi dito, articulam-se entre si, através de disciplinas, tanto no sentido horizontal, como no sentido vertical, contemplando exigências de ano para ano; o plano de estudos comporta vinte e nove disciplinas obrigatórias, que quase cobrem as necessidades pedagógicas dum curso desta índole; sublinhamos “quase”, porque neste plano é de notar a falta da disciplina de Ergonomia, como também a falta de disciplinas de opção, de âmbito tecnológico ou de índole cultural e artística.

É de realçar a interacção deste plano de estudos com os planos de estudo dos cursos que coabitam em espaços comuns, criando-se, assim, sinergias de informação e “formação”.

As cargas horárias semanais das disciplinas, em si, e o conjunto das disciplinas, por semana, estão dentro do habitual, oscilando entre vinte e sete e vinte e cinco horas semanais, no 1º ano, passando para vinte e cinco horas, nos anos seguintes; vinte e cinco horas semanais, o que vai ao encontro das recomendações do Projecto de Bolonha.

Há um acentuado reforço da carga horária da disciplina nuclear do curso, que começa com duzentas e setenta horas anuais, no 1º ano, até chegar às quatrocentas e cinquenta horas, no último ano, acrescida de cento e cinquenta horas de oficinas; 5º ano, em que, aqui sim, o plano pode ser enriquecido, perante o elenco de disciplinas apresentadas, com soluções alternativas, abrindo o leque de opções de especialização.

Nível de classificação - C

4. Conteúdos programáticos

Este campo de apreciação está apresentado no Relatório, no Anexo II, Tabela 6 (Ficha de Disciplina), onde são descritos os objectivos, os conteúdos programáticos, as metodologias, os critérios de avaliação, a bibliografia e um pequeno relatório crítico/pedagógico, itens que, por vezes, são explanados em duas ou três linhas, nomeadamente, o relatório crítico. É de sublinhar a falta de rigor na apresentação de algumas fichas de disciplina, confundindo-se, muitas vezes, o programa com os conteúdos programáticos, criando-se situações em que os objectivos, inexplicavelmente, não fazem parte do programa, não sendo feita, também, referência à metodologia empregue.

Nem todas as disciplinas apresentam conteúdos programáticos, mencionando, unicamente, os objectivos ou misturando os conteúdos programáticos com os objectivos, como acontece em Desenho I, Antropologia, Design II, Materiais e Tecnologias, Teoria

do Design I, Estética II, Oficinas I e Teoria do Design; há, sem dúvida, uma acentuação muito evidente dos conceitos gerais do Design, em desfavor dos conteúdos programáticos específicos de cada disciplina. Esta rarefacção de conteúdos torna-se evidente no sentido lacónico de alguns programas que se resumem a pouquíssimas linhas escritas ou, mesmo, a duas linhas, como acontece na disciplina de Oficinas II.

Ainda, como exemplo, a disciplina de Estética II apresenta-se sem programa e com os objectivos enunciados através de um poema do poeta/professor António Gedeão, louvável, sem dúvida, noutra contexto, certamente, menos científico do que este do Relatório apresentado. Na disciplina de Estética I é de assinalar e questionar a ambição e vacuidade dos propósitos, quando se afirma, acerca da metodologia, que na «disciplina, mais de cariz teórico, privilegiar-se-á, prioritariamente, o vector da investigação, o que se passará inevitavelmente pelo reforço da», o que traduz, por um lado, um excesso, quando se refere à prioridade da investigação numa disciplina do 2º ano curricular, que deve apontar, sobretudo, para o estudo e não para a investigação, e, por outro lado, uma falta de sentido, devido ao carácter inconclusivo da frase.

Na disciplina de História da Arte III, a Subcomissão julga entender, pelos dados referidos, que há um desfasamento entre os objectivos e os conteúdos programáticos; é certo que este desencontro é mais aparente do que real, pois os propósitos de síntese, nas fichas gerais das disciplinas, provocam omissões nos conteúdos; estes reparos não excluem apreciações favoráveis a muitas outras disciplinas do curso, que apresentam um programa completo e bem explicitado.

A Subcomissão acredita que, apesar de algumas insuficiências na realidade programática apresentada, os resultados obtidos demonstram objectivos definidos, com consequências práticas satisfatórias, considerando o grau de evolução revelado nos trabalhos que teve oportunidade de apreciar, na exposição, aquando da visita que fez.

Nível de classificação - C

5. Alunos (procura, sucesso escolar)

Segundo o procedimento de admissão do estudante ao curso de Design Industrial da Universidade Lusíada do Porto, os alunos deverão preencher cumulativamente as seguintes condições: ter concluído o Ensino Secundário, ter realizado as provas de ingresso que a Universidade exige para o Curso e ter obtido a classificação mínima exigida pela Universidade. O contingente de estudantes do curso é de 112 alunos distribuídos pelos cinco anos deste modo: 1º ano, 37 alunos; 2º ano, 20 alunos; 3º ano, 17 alunos; 4º ano, 19 alunos e 5º ano, 19 alunos. Verifica-se uma forte diminuição do número de estudantes, entre o último e o primeiro ano, que se traduz no aumento gradual de inscrições no curso, como é demonstrado na Tabela 10, onde o número de ingressos subiu, de vinte e quatro, no ano lectivo de 1999-2000, para quarenta alunos, no ano lectivo de 2003-2004, situação que, mesmo assim, não preenche o número de vagas disponíveis, de cinquenta alunos. Ainda na análise dos dados relativos ao acesso, lamenta-se a falta de uma Tabela que dê as percentagens de candidatos inscritos, tendo este curso como 1ª opção de escolha. Outros dados seriam importantes, como seja as médias classificativas dos alunos inscritos, por exemplo, em 2003-2004. Sobre os inquéritos realizados aos estudantes que concluíram a licenciatura, entre 2000 e 2004, responderam 17 licenciados, num universo de 59, o que dá uma percentagem de 30%, aproximadamente. Responderam que, “de modo geral, estão muito satisfeitos com a licenciatura obtida na Universidade Lusíada”. Dos 17 licenciados, 94% estão a trabalhar, número este que perde todo o rigor, porque se refere, apenas a 30% da totalidade dos licenciados.

O grande fluxo de estudantes do curso é naturalmente da Região do Norte (27), sendo dezasseis alunos provenientes do Grande Porto. Fora desta zona geográfica, o número de alunos que ingressaram é muito reduzido, situação compreensiva por várias razões, principalmente, pela existência de cursos idênticos em Lisboa, Aveiro e Coimbra e pelo facto de, sendo um curso recentemente criado, não ter uma divulgação para além da regional.

Relativamente ao sucesso escolar, a Subcomissão não tem dados rigorosos, de ano para ano curricular. Na Tabela 6 do Anexo II, Ficha de Disciplina, observa-se um quadro com dados suficientes acerca dos alunos inscritos, avaliados e aprovados. Assim, em 2003-2004, as médias de sucesso são altas e vão dos 100%, em quatro disciplinas, até à média mais baixa de 45%, numa disciplina, sendo, ainda, de referir o caso de seis disciplinas, acima dos 90%, situação, esta, boa e muito acima dos níveis tolerados de 50% de sucesso, como esclarece o Conselho Nacional de Avaliação do Ensino Superior.

A Subcomissão, perante a reunião em que participaram trinta e cinco alunos do curso e perante a reunião de acesso livre, apercebeu-se do bom ambiente entre estudantes e docentes; também sentiu um verdadeiro empenho, parte dos estudantes, na apresentação e esclarecimentos sobre assuntos relativos ao curso.

Nível de classificação - C

6. Processo pedagógico

Nos cursos com disciplinas teóricas e teórico-práticas surgem sempre críticas, por parte dos alunos, e reparos, por parte dos docentes, devido às habituais dificuldades de articulação e conjugação científico/pedagógica e respectivas cargas horárias. A estrutura de coordenação do curso, como já foi dito, organiza-se em três ciclos: o primeiro, analítico, o segundo, de síntese e de simulação de casos e o terceiro ciclo, pré-profissional e holístico. A Subcomissão, tendo reconhecido o interesse desta estrutura, na generalidade, fez, todavia, sentir aos docentes algumas dúvidas acerca da mais valia deste curso, face aos outros cursos desta área, por não revelar claramente uma resposta adequada aos desafios da região em que se insere. À Subcomissão foi dito, nas reuniões onde estiveram os estudantes, que “tentaram alargar o horário das oficinas (?) até às duas horas da manhã, incluindo o centro de informática e a biblioteca”. Também, foi questionada a falta de participação na organização dos horários, sendo os estudantes parte interessada. Ainda, neste âmbito, foi questionado o horário de atendimento aos alunos, sendo apontado que há, unicamente, horário estabelecido para o Director, o Secretário e o

Coordenador; ao nível de professor a professor não há horários fixos de atendimento. Esta questão, contudo, está ressalvada pela possibilidade de esclarecerem dúvidas, informalmente, junto dos professores. Outro assunto muito importante para os estudantes foi a crítica ao intervalo mínimo entre os exames, que não é ajustado à especialidade do curso, tendo sido afirmado que “embora seja legal (o prazo de vinte e quatro horas entre exames), no caso de Design não funciona bem esse tipo de calendário”. Muitas outras opiniões e críticas, ao nível pedagógico, foram feitas, nomeadamente ao enquadramento desta ou daquela disciplina, por pertencer ao 1º, 2º ou 3º ano, opiniões, como já o referimos, naturais num curso recente e num plano de estudos muito mais recente. A Subcomissão destaca o regime de precedências na disciplina nuclear de Design, situação que é adequada ao desenvolvimento pedagógico do curso, pois contribui para a resolução de problemas pontuais de insucesso, evitando a acumulação de disciplinas em atraso. O curso possui meios de resposta efectiva ao insucesso, pois “todos os docentes prestam apoio pedagógico aos alunos sempre que solicitado, ministram aulas de carácter extraordinário sempre que tal se justifica ou esclarecem dúvidas no final de cada aula”. Ainda dentro deste campo de apreciação, a Subcomissão analisou o sistema de avaliação, que o Estatuto do Ensino Superior Particular determina que seja definido. O regime de avaliação de conhecimentos dos alunos é composto por um exaustivo regulamento definido por capítulos, artigos, em que são salvaguardadas as principais situações de frequências, exames finais com provas escritas e orais, dispensa de provas de frequências, sistemas mistos de frequências e exames. Encontra-se, também, definido um regime especial para os alunos militares. No capítulo VI, é de destacar a possibilidade de revisão de provas e melhoria de classificação.

Apesar da clareza deste regulamento tão importante para a Universidade e, em particular, para o curso, a Subcomissão anota a falta de enquadramento especial dos estudantes trabalhadores que frequentam o curso.

Na estrutura orgânica da Universidade o processo pedagógico tem correspondência com dois Conselhos: Conselho Pedagógico e Conselho Científico Coordenador. Estes Conselhos têm grande representação, o que demonstra a atenção que a Universidade dedica a estes órgãos, embora o Conselho Pedagógico seja mais restrito e mais

específico. A Subcomissão reparou, porém, na fragilidade da representação dos estudantes, ao nível dos assuntos pedagógicos.

Nível de classificação - C

7. Corpo docente

A Subcomissão, ao emitir opinião sobre o Corpo Docente, tem como base os dados apresentados no Relatório de Auto Avaliação e os contactos proporcionados na visita realizada, que se desdobrou nas reuniões específicas.

No primeiro mapa apresentado no Relatório de Auto Avaliação, estão indicados, em síntese, os três grandes grupos de docentes, segundo os graus académicos. Num total de trinta docentes, nove são doutorados, doze possuem mestrado e nove são licenciados, o que dá uma percentagem de 30% de doutorados, percentagem aceitável, atendendo à situação do curso, contudo, insuficiente, segundo a percentagem aconselhável de 50%. Outra análise a ter em conta é a distribuição por categorias profissionais, atendendo à correspondência com os graus académicos; assim, o curso é assegurado por um Professor Catedrático, três Professores Associados, seis Professores Auxiliares, catorze Assistentes e seis Assistentes Estagiários, sendo de notar a percentagem significativa de 46% de Assistentes.

Na tabela 14, presente no Relatório de Auto Avaliação, vários dados são apresentados, encontrando-se um número muito elevado de docentes que acumulam a sua actividade com outras, na percentagem de 36,6%. Se, a este número, acrescentarmos o número de oito docentes que exercem a docência como única actividade, ainda que exercida exclusivamente na escola, em regime de acumulação, temos um número muito significativo de 63% de professores, sem exclusividade.

Há docentes que têm cargas horárias elevadas, que vão desde catorze horas de aulas semanais a dezoito, chegando, mesmo às vinte e duas horas, sem incluir atendimento e investigação.

Ainda sobre as fichas dos docentes, é de destacar a indicação, apenas, de dois designers, sendo a grande maioria docentes com a licenciatura e pós-graduação em Arquitectura. A Subcomissão compreende esta situação, apesar de não ser a adequada. Entre várias razões, podemos considerar a criação recente deste curso, em particular, e de todos os cursos de Design, na generalidade. Esta situação, apesar de anómala, não exclui uma razoável adequação aos objectivos do curso, embora à custa de uma menor especificidade em Design Industrial.

A Subcomissão, tendo cruzado dados documentais e presenciais, encontrou qualidade e competência nos docentes, sendo este aspecto sublinhado pelos testemunhos dos alunos e pelos exercícios escolares apresentados. Verificou-se, também, empenho e capacidade participativa dos docentes, na reunião em que estiveram presentes dezoito docentes, tendo muitos destes professores participado, também, na reunião de acesso livre, dando continuidade aos problemas que se discutiam. Entre as questões levantadas, foi abordada a falta de apoio à investigação, no caso dos doutoramentos, situação que atrasa e dificulta a progressão na carreira dos jovens docentes, tornando, também, difícil o exercício de funções em exclusividade.

Nível de classificação - C

8. Pessoal não docente

O número de pessoal não docente é de noventa e quatro elementos, com um número apreciável de vinte e oito licenciados. Deste último grupo, cinco possuem o grau de Mestre; dezasseis funcionários estão habilitados com o 12º ano; nos restantes elementos as habilitações oscilam entre o 10º ano e o ensino básico. A qualidade dos serviços em que este pessoal está integrado resulta da diversidade de graus de formação, que corresponde ao leque de funções exercidas.

A Biblioteca e a Mediateca absorvem dez elementos, a informática tem sete funcionários adstritos ao ensino e três técnicos de informática, nos serviços gerais.

É certo que este contingente de noventa e quatro elementos serve toda a Universidade Lusíada do Porto, não sendo possível, nem importante, saber quais os funcionários adstritos ao curso. Mas, parece ser possível analisar a falta de técnicos e monitores de apoio, nas disciplinas de Design I, II, III, IV, V, entre outras disciplinas, apesar do caso das disciplinas de Oficinas, Materiais e Tecnologias I e Materiais e Tecnologias II, que funcionam fora dos serviços da Universidade, no Instituto de Engenharia Mecânica e Gestão Industrial, e que, com certeza, dispõem de recursos humanos especializados.

Nos breves contactos que a Subcomissão teve com o pessoal não docente (funcionários), é de referir a atenção e o bom acolhimento manifestado por todos e, muito em especial, pelo Director dos Serviços Académicos.

Nível de classificação - B

9. Instalações e equipamentos

Neste campo de apreciação recomenda-se uma organização equilibrada e funcional entre os espaços comuns e os espaços específicos do curso. Não é fácil quantificar e qualificar, através da visita, os espaços afectos à licenciatura de Design Industrial, mas foi possível perceber que o Campus da Universidade Lusíada do Porto tem uma boa capacidade de espaço e apresenta um grande número de edifícios (20) de natureza pedagógica e administrativa. É certo que a Universidade Lusíada comporta vinte e oito cursos, nos vinte edifícios. O curso de Design partilha, com o curso de Arquitectura, o edifício designado pela letra “R”, “Atelier de Arquitectura e Design, sala de trabalho de uso livre destinada aos alunos”; para além deste espaço, foram utilizadas, pelo curso, seis salas com meios informáticos específicos, no edifício “Z”, “Centro de Informática, com sete salas de aula, uma sala de trabalho e gabinetes”. Também, o edifício “C” dá apoio ao curso: para além da sala de Professores, alberga a papelaria, a livraria, a cantina, o Bar, a sala de convívio dos alunos, o anfiteatro e o núcleo de estudantes. Existem outros edifícios eventualmente ligados ao curso, também, integrados no Campus Universitário,

como, por exemplo, os edifícios “D”, “F”, “J” e “M”. Um outro edifício (U), de importância para o curso, contém a “Divisão de Documentação, Informação e Investigação”, encontrando-se, aí, instalados os serviços da Biblioteca, da Mediateca, do Centro de Documentação Europeia, sendo dito no Relatório de Auto Avaliação que este (edifício U) é autónomo, moderno e funcional.

A Subcomissão, ao analisar a Tabela 3 – Salas de Aulas, verificou que, num conjunto de vinte e cinco salas de aulas, com capacidade para vinte a quarenta alunos, o curso utilizou quinze salas ao longo do ano lectivo. Também, é dito que, de doze salas com capacidade para cem alunos, o curso utilizou quatro, durante o ano lectivo de 2003-2004. Os anfiteatros não são utilizados, em regra geral, pelo curso, mas, no entanto, podem ser utilizados em situações pontuais; ainda dentro da utilização dos espaços, os estudantes servem-se dos equipamentos informáticos, nos laboratórios com a designação Z1, Z2, Z3.

Naturalmente, não são apresentados dados sobre as oficinas de apoio ao curso, uma vez que estas instalações não pertencem à Universidade.

No capítulo do equipamento, todas as salas têm retroprojector, mas, apenas, os anfiteatros têm sistema multimédia (para além do sistema de videoconferência). O equipamento informático é composto por duzentos e dez computadores, todos ligados à Internet, cinco monitores, vinte e cinco retroprojectores, doze leitores de DVD e doze computadores portáteis. O ensino exclusivo do Autocad 2002, sendo software de Arquitectura, não é o mais adequado às necessidades do Design Industrial; nem, tão pouco, o Autodesk Inventor e o CAD/TDII, que é software gráfico para animação.

A Subcomissão, após a visita, manifestou, também, a falta de equipamento básico-tradicional de Design e a necessidade da existência de um apoio oficial dentro do Campus Universitário. É de referir, ainda, dentro deste contexto, a importância da Biblioteca e da Mediateca, com grande número de títulos, mas contendo lacunas em títulos de Design, principalmente Industrial.

Nível de classificação - B

10. Recursos financeiros

O Relatório de Auto Avaliação apresenta um quadro dos recursos financeiros utilizados pelo curso, quadro esse que não é acompanhado de elementos justificativos e explicativos, talvez pela aparente evidência dos números e pelo carácter macro-financeiro. No quadro apresentado, nas observações nada é dito, encontrando-se metade da página em branco. As observações poderiam ser muito pertinentes para perceber as oscilações orçamentais, de ano para ano. Por exemplo, na coluna dos recursos “Atribuídos directamente ao Curso”, relativamente ao “Pessoal”, não é especificado o tipo de pessoal: se é todo o pessoal, se é referente, apenas, aos docentes ou aos não docentes...

Nas colunas respeitantes aos alunos ETC, docentes ETC e pessoal não docente a informação parece insuficiente. Ao analisar as notas sobre a visita realizada, a Subcomissão verificou que nada foi dito ou discutido sobre recursos financeiros. A Subcomissão considera-se, assim, pouco esclarecida e sem capacidade de apreciação objectiva.

11. Relações externas e internacionalização

Os serviços de apoio aos programas de mobilidade estão, como se depreende do Relatório de Auto Avaliação, inseridos no Gabinete Sócrates/Erasmus da Universidade Lusíada do Porto. É afirmado que estão a ser desenvolvidas diligências no sentido de se estabelecer acordos bilaterais com outras escolas onde existam cursos de licenciatura, em Design. Mas, como é dito, “infelizmente todas as tentativas neste sentido têm saído frustradas, dado que as escolas com as quais já possuímos acordos bilaterais para o curso de licenciatura em Arquitectura e que possuem igualmente a licenciatura em Design, possuem licenciaturas com uma duração de apenas três anos lectivos”.

A Subcomissão tem dificuldade em compreender que a “impossibilidade” resulte do facto das licenciaturas em Design, dessas escolas, terem apenas três anos lectivos, porque julgamos que a permuta pode ser de disciplina a disciplina e não por ano

curricular. Mais incompreensível é a falta de participação dos docentes na mobilidade internacional. Todos estes pontos foram apresentados verbalmente durante a visita, nas conclusões preliminares, às autoridades académicas da Universidade Lusíada.

Nas relações externas, há a salientar a colaboração com instituições públicas e privadas, através de concursos, destinados à concepção de produtos, onde os alunos obtiveram primeiros prémios; também se sublinha os protocolos com empresas de Design Industrial e parcerias, nomeadamente com I.N.E.G.I. Também se realizaram, durante o ano lectivo de 2003-2004, conferências em que o corpo docente participou, fora da Universidade, e conferências, na Universidade Lusíada, com especialistas vindos do exterior.

Nível de classificação - D

12. Ambiente académico (apoio social)

A Subcomissão, após todos os trabalhos realizados e feita a análise do processo de avaliação, não tem a menor hesitação em afirmar que o ambiente académico é bom, como, também, o apoio social. Classificação justa, pois encontrou, tanto no corpo docente, como no corpo discente, uma boa relação interactiva, que foi visível na reunião em que estes dois grupos estiveram presentes (reunião de acesso livre, com a presença de dez docentes e vinte e quatro discentes), como, também, nas reuniões só com os discentes (reunião com os dirigentes estudantis e reunião com todos os alunos). Em todas estas reuniões, todas as opiniões, críticas ou sugestões foram feitas, sempre, com a maior correcção e consideração pelos professores, o que permitiu testemunhar um bom ambiente partilhado por todos.

O ambiente académico é, também, sustentado por todos os espaços comuns, que dão qualidade e desenvoltura a toda a vida académica. Os horários alargados da Biblioteca e dos Serviços Administrativos, as salas comuns aos alunos do curso de Design Industrial e do curso de Arquitectura, são factores que favorecem o ambiente académico. O espaço (área total do Campus Universitário) é de grandes dimensões e tem

qualidade ambiental, o que é bom, permitindo, num futuro próximo, novos edifícios ou adaptação de alguns dos existentes. Todos os edifícios têm uma implantação desafogada e acessos amplos e arborizados, o que é uma mais-valia, actualmente.

O Apoio Social, na Universidade Lusíada do Porto, é forte; os estudantes beneficiam de um Centro Médico, para os primeiros cuidados de saúde. O Centro está, também, disponível para os professores e funcionários. Para garantir uma boa assistência médica, a Administração realizou um contrato com o grupo Generalli, disponibilizando serviços gratuitos aos estudantes.

Estes serviços abrangem despesas de internamento, cirurgias e outros apoios, para que os estudantes possam prosseguir os estudos.

Os serviços médicos e de psicologia clínica funcionam nas próprias instalações, com consultas e atendimento permanente dos alunos.

A Subcomissão ficou bem impressionada com todos os serviços de Apoio Social, com o Campus Universitário, com o Gabinete de Apoio à Inserção na Vida Activa e com o ambiente académico, em si, assinalando, porém, uma lacuna importante, no que se refere a residências académicas, que seriam um atractivo para estudantes provenientes de outras regiões.

Nível de classificação - C

13. Gestão da qualidade

No conjunto de todos os dados fornecidos pelo Relatório de Auto Avaliação, verifica-se que o curso de Design Industrial da Universidade Lusíada do Porto, desde a sua criação, em 1995, até à data de 2003-2004, passou por sucessivas alterações (reformas curriculares), sempre com a louvável preocupação de melhoria da qualidade do curso. Conhecendo todos os elementos da Subcomissão, por experiência própria, as dificuldades que se levantam nas alterações curriculares, ao nível de articulação pedagógica e científica, ao nível de cargas horárias e, fundamentalmente, ao nível dos

conceitos e conteúdos de um curso, a Subcomissão reconhece empenho na gestão da qualidade.

Outro factor relevante na gestão da qualidade é a existência de órgãos colegiais na estrutura orgânica da Universidade, como seja, o Conselho Superior e o Conselho Pedagógico e Científico Coordenador, órgãos verticais que assumem responsabilidades de reflexão e gestão da qualidade.

Também o Relatório de Auto Avaliação deve ser encarado como factor motivador da qualidade. A Subcomissão verificou que a apresentação dos dados está devidamente sistematizada, apesar de, no Volume I, Anexos, algumas fichas não estarem totalmente preenchidas e não existir índice, nem numeração das páginas. Outro aspecto que já foi referido, na visita, aquando da apresentação verbal das conclusões preliminares ao Vice-Reitor e às restantes autoridades académicas, é a inexistência de pontos fracos no Relatório, o que pode sugerir uma aceitação tácita de qualidade, que, de facto, tem sido implementada, em parte, pelas constantes alterações curriculares.

Nível de classificação - C

14. Empregabilidade

Dentro deste campo de apreciação, é de sublinhar as respostas apresentadas no Relatório de Auto Avaliação, na página 53, onde se diz que a inserção dos diplomados na vida activa se tem processado com relativa facilidade, atendendo a que 94% dos licenciados estão a trabalhar, na maioria dos casos, em gabinetes de Design, exercendo as funções ligadas à formação adquirida ao longo do curso. Verificou-se, ainda, que 65% dos licenciados obtiveram emprego na respectiva área de formação, nos primeiros seis meses, após a conclusão da licenciatura; 18%, até ao final do primeiro ano; 12% encontravam-se a trabalhar, antes da conclusão da licenciatura e 5% estavam desempregados. Estas conclusões são apresentadas na Tabela 12, com os números reais.

Na Tabela 12, verifica-se que, dos 59 inquéritos enviados aos licenciados, só 17 obtiveram resposta, o que provoca percentagens anómalas entre empregados e desempregados, pois a percentagem de 94% corresponde, apenas, às respostas obtidas, ou seja, 1 desempregado, em 17 respostas, o que representa 16, com emprego, não havendo dados relativamente aos restantes 70% dos licenciados.

Assim sendo, o quadro da Tabela 12 não nos parece ilustrativo da empregabilidade dos licenciados em Design Industrial. No entanto, como já foi referido, a Universidade dispõe de um Gabinete de Apoio à Inserção na Vida Activa, “que estabelece pontos de contacto, dá conhecimento das solicitações que entidades públicas e privadas endereçam à Universidade quando pretendem preencher vagas profissionais.” Outros factores podem ter relevância para o êxito da empregabilidade: os protocolos de cooperação entre a Fundação Minerva (entidade titular) com outras Instituições, com estágios de aproximação à vida activa, e, ainda dentro deste contexto, outro aspecto positivo é o protocolo com a “Senda”, empresa que produz peças sanitárias em aço inoxidável, que motiva os exercícios curriculares da disciplina de Design V e abre perspectivas de inserção no mercado do trabalho. Os protocolos de colaboração com empresas constituem uma excelente oportunidade de aproximar os alunos da prática profissional e contribuem para enfatizar o seu empenho e a sua motivação.

No ano lectivo anterior a este que está em análise, três alunos do curso de licenciatura de Design Industrial beneficiaram de um estágio, ao abrigo do PRODEP, situação que teve e vai continuar a ter repercussões nos anos futuros. O protocolo com o Instituto de Engenharia Mecânica e Industrial, onde os estudantes fazem as disciplinas de “Oficinas”, é, sem dúvida, uma aproximação real ao mundo do trabalho profissional.

A empregabilidade justifica-se como o primeiro ponto dos objectivos a atingir, justifica-se, mas não impede que outros objectivos prevaleçam, considerando a mais-valia cultural e académica que o curso permite obter. Os Cursos e as Universidades não devem estar, exclusivamente, sujeitos à conjuntura económica de um país, sobretudo quando se trata de um país tão “volúvel”, económica e financeiramente.

Os Cursos e as Universidades devem vencer situações pontuais e criarem uma cultura técnica e profissional capaz de poderem responder a novas situações.

Nível de classificação - D

III. APRECIACÕES FINAIS

A Universidade Lusíada do Porto apresenta uma organização académica com uma estrutura orgânica que lhe permite assumir uma responsabilidade institucional, em conformidade com as restantes Universidades Portuguesas. O funcionamento é correcto e bem articulado.

Os objectivos do curso de Design Industrial estão bem definidos e têm toda a importância numa sociedade válida, independente e capaz. O plano de estudos tem consistência e é adequado, mas apresenta ligeiras lacunas, nomeadamente, em disciplinas de opção, tanto de índole artística, como de índole tecnológica e cultural. Os conteúdos programáticos, regra geral, são adequados aos objectivos. O corpo docente é qualificado e apresenta capacidades de progressão académica e científica, não devendo o docente ser prejudicado na progressão científica pela forte carga horária atribuída, que lhes retira, também, eficácia no exercício da actividade docente.

Embora curso esteja integrado num conjunto de outros cursos, o que lhe permite desenvolver sinergias muito profícuas, é de recomendar a contratação de mais docentes especializados em Design, para acentuar a caracterização do curso e justificar a sua especificidade.

A estrutura física dos espaços da Universidade Lusíada do Porto é uma mais-valia no ambiente académico, que deve ser aproveitada em todas as suas potencialidades.

Por último, a Subcomissão não pode deixar de chamar a atenção para a falta de mobilidade académica, tendo em conta os cursos existentes na Europa, situação que urge

resolver, apesar de se verificarem algumas assimetrias relativamente aos planos de estudo das instituições estrangeiras.

Classificação dos Campos de Apreciação¹

Campos de Apreciação	Classificação
Organização Institucional	B
Objectivos do Curso	C
Plano de Estudos	C
Conteúdos Programáticos	C
Alunos (procura, sucesso escolar)	C
Processo Pedagógico	C
Corpo Docente	C
Pessoal não Docente	B
Instalações e Equipamentos	B
Recursos Financeiros	-----
Relações Externas e Internacionalização	D
Ambiente Académico (apoio social)	C
Gestão da Qualidade	C
Empregabilidade	D

Nota: Os Níveis de Classificação atribuídos foram estabelecidos nos seguintes termos:

A – *Excelente*

B – *Muito Bom* – Sem problemas estruturantes detectados, com eventuais pequenos problemas de importância secundária para a organização e funcionamento.

C – *Bom* – Pode haver pequenos problemas de alguma relevância para a organização e funcionamento do curso, mas resolúveis ao nível do Departamento ou da Coordenação do Curso.

D – *Suficiente* – Problemas estruturantes detectados que implicam intervenção institucional de nível mais elevado, mas onde se encontra dinâmica positiva que admite a sua ultrapassagem a curto prazo.

E – *Insuficiente* – Graves deficiências, algumas de natureza estrutural, com reduzidas perspectivas de recuperação imediata.

¹ Os Campos de Apreciação e os Níveis de Classificação foram definidos com base no Guião de Avaliação Externa aprovado em Novembro de 2003 pela F.U.P. / Conselho de Avaliação.

ANEXO

TERMOS DE REFERÊNCIA

1. CARACTERIZAÇÃO DO CURSO

Objectivos e finalidades do curso. Informações sobre o contexto em que o curso foi criado. Procura do curso (condições de acesso, evolução na procura durante o período em análise) .Articulação do curso de licenciatura com cursos de ensino pós-graduado da mesma área científica.

2. PLANO DE ESTUDOS

Adequação aos objectivos e finalidades do curso. Carga horária semanal. Distribuição e peso relativo das disciplinas por áreas científicas. Articulação interdisciplinar e articulação entre formação teórica e a preparação prática (exercícios de recolha de dados). Os estágios e a interacção entre a Universidade e as Instituições de acolhimento nas quais funcionam núcleos de estágio.

3. PROGRAMAS DAS DISCIPLINAS

Qualidade e coerência científico-pedagógica. Adequação aos objectivos do curso. Exequibilidade. Metodologias e estratégias de ensino. Articulações horizontais e verticais. Estratégias de desenvolvimento curricular: dinâmica de actualização no período em análise.

4. CORPO DOCENTE

Qualificação académica. Actividade pedagógica e carga lectiva semanal. Actividade científica e publicações. Actividades de extensão universitária. Actividades de gestão. Coordenação entre os professores do curso. Colaboração interdepartamental e interinstitucional. Intercâmbio internacional. Financiamento externo de projectos.

5. CORPO DISCENTE

Vocação para o curso (se os alunos têm como primeira opção). Preparação cultural e científica. Capacidades de expressão e de comunicação oral e escrita. Espírito crítico. Hábitos de leitura. Condições de estudo. Programas de apoio aos alunos em dificuldades. Mobilidade internacional.

6. GESTÃO PEDAGÓGICA DO CURSO

Órgãos e mecanismos de gestão pedagógica do curso. Representatividade dos órgãos de gestão pedagógica: participação de docentes e alunos. Articulação dos órgãos de gestão pedagógica com outros órgãos de gestão. Recursos de pessoal técnico e administrativo.

7. AVALIAÇÃO DOS CONHECIMENTOS

Modalidades e critérios, qualidade e fiabilidade dos processos de avaliação (escritos e orais). Taxas de sucesso, de retenção e de abandono. Prescrições e precedências.

8. INSTALAÇÕES

Espaços lectivos: número, tipologia, capacidades e qualidade. Espaços de Estudo, trabalho e convívio para alunos. Gabinetes para docentes e suas condições.

9. EQUIPAMENTO CIENTÍFICO-PEDAGÓGICO

Equipamento; apoio técnico; manutenção. Bibliotecas: quantidade e actualização do acervo bibliográfico; condições de acesso e utilização; espaços de leitura; horário de funcionamento. Meios informáticos. Meios audiovisuais. Laboratórios.

10. SAÍDAS PROFISSIONAIS

Adequação do curso de licenciatura e das competências e capacidades dos licenciados ao mercado de trabalho. Situação sócio-profissional dos licenciados: emprego em área directamente relacionada com o curso, emprego numa área próxima do curso; trabalho numa área totalmente diferente; taxas de desemprego. Possibilidades de articulação entre estágios e emprego.

Universidade Lusíada do Porto
Design Industrial

Subcomissão de Visita

Prof. Lima de Carvalho

Prof. Vítor Manaças

Prof. Vasco Branco

Prof. Rui Marcelino

Programa de visita

19 Maio

- 09.00 – 9.30 horas – Apresentação de cumprimentos e reunião com as Autoridades Académicas, Pessoal não Docente, e representantes dos Estudantes
- 9.30 – 10.30 horas – Reunião com autores do Relatório de Auto-Avaliação
- 10.30 – 11.30 horas – Reunião com Dirigentes estudantis
- 11.30 – 13.00 horas – Visita das instalações
- 13.00 – 14.30 horas – Almoço
- 14.30 – 15.30 horas – Reunião com todos os alunos ou uma selecção. (Deixado ao critério da Escola)
- 15.30 – 16.30 horas – Reunião com docentes
- 16.30 – 17.30 horas – Reunião de acesso livre a todos os membros do curso, atempada e amplamente divulgada pela Direcção do curso
- 17.30 – 18.30 horas – Reunião da CAE e consulta de elementos
- 18.30 – 19.30 horas - Apresentação verbal das conclusões preliminares às Autoridades Académicas, Comissão de Auto-Avaliação e representantes dos Estudantes